



ILUSTRE SENHOR(A), DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN** E/OU AUTORIDADE JULGADORA COMPETENTE.

IMPETRANTE: M2 ENGENHARIA LTDA
IMPETRADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN**.

A **M2 ENGENHARIA LTDA (CNPJ: 19.119.769/0001-51)**, já qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente apresentar **“RECURSO ADMINISTRATIVO”** (com base no art. 109 da L. 8.666/93, L. 9.784/95, e Edital de Licitação da **Tomada de Preços nº 004/2023** e Proc. Administrativo 06900001/2023) em face da última Decisão de V. Senhoria, contra a habilitação de outrem, a licitante **H R DE SOUZA CONSTRUÇÕES**, inscrita no CNPJ nº 08.250.245/0001-89. Ao que se passam os seguintes e pertinentes fundamentos e final requerimento.

RESUMO DOS FATOS:

Trata-se em síntese, com a devida vênia, da análise promovida pela ilustre Comissão de Licitação, que merece ser revista, no que diz respeito ao **descumprimento de diversos itens do instrumento convocatório (8.2.3; 8.2.5; 8.4.1.1; 8.5.1 e 8.5.2)**, pela empresa declarada vencedora, em afronta direta às cláusulas editalícias que visam a isonomia do processo licitatório.

É o que importa relatar.





DA TEMPESTIVIDADE:

De acordo com a Lei de Licitações (L. 8.666/93 — art. 109 inciso I) e cláusula 12.1 do Edital deste certame, o prazo recursal é de 05 (cinco) dias úteis, e como de fato houve conhecimento da Decisão-recorrível no dia **03/10/2023** mediante publicação em diário oficial, depreende-se ser o início do prazo o que torna “tempestivo” o recurso. Motivo que REQUER o acolhimento como tempestivo.

DAS RAZÕES TÉCNICAS:

Considerando a necessidade de demonstrar as razões do referido recurso administrativo, trazemos, de forma resumida, os fatos que comprometem a habilitação por parte da licitante H R DE SOUZA CONSTRUÇÕES, conforme segue:

Sobre o item 8.2.5: CRC não autenticado, a assinatura que contém nele é digital pelo “gov.br”, como o documento foi entregue de forma impressa (física), não tem como avaliar a autenticidade; Ou seja, em confronto com o Art. 32 da Lei 8.666/93, onde estabelece que os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de **cópia autenticada por cartório competente** ou por **servidor da administração** ou publicação em órgão da imprensa oficial, no entanto, em se tratando de assinatura digital, caberia no mínimo a apresentação do respectivo documento juntamente com conferência da autenticidade da assinatura, o que não foi feito, comprometendo a legitimidade do mesmo sem a comprovação de autenticidade;





Sobre o item 8.2.3: Identidade do sócio não apresentada; Onde claramente no citado item o edital estabelece que fosse apresentada **Cópia da Cédula de Identidade do responsável legal pela empresa**, deixando a licitante de apresentar qualquer documento de identificação, seja do representante, dos sócios, etc., e ainda com base no art. 43 da Lei 8.666, em seu §3º, é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, que seria o caso do documento de identificação, ou seja, mais uma desobediência evidente ao edital desse certame.

Sobre o item 8.4.1.1: Declaração de visita não foi expedida pela secretaria de obras de Apodi; Como se já não fosse o suficiente o que acima foi exposto, podemos destacar o texto original do edital que diz “*Apresentar declaração de realização da visita ao local da obra, expedido pela secretaria de obras do município, para evitar alegação posterior por não haver conhecimento prévio do local da execução da obra para o cumprimento das condições contratuais*” (grifo nosso), ou seja, em destaque podemos ver que estava explícito e evidente que a declaração de vistoria/visita deveria ser emitida pela Secretaria de Obras, o que não ocorreu no caso da licitante que apresentou declaração de emissão própria, inclusive com timbre e dados da empresa, e apenas assinatura de servidor municipal, o que não estava previsto em edital, invalidando assim a declaração, tornando neste caso, AUSENTE o documento de vistoria exigido no instrumento convocatório.

Sobre os itens 8.5.1 e 8.5.2: 1) Constatou-se, ainda, que essa não atendeu muitas das exigências previstas no Edital, como já narrado anteriormente, e ainda mais grave podemos observar quanto à apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, que encontram-se em desacordo com as normas de direito pertinentes, conforme resolução do Conselho Federal de Contabilidade, isto porque descumpre com o princípio da continuidade (art. 5º, da Res. CFC nº 750/93 alterada pela Res. CFC nº 1.282/10), ao deixar de apresentar



o devido comparativo entre o exercício anterior e o contabilizado, impossibilitando uma análise da curva de contração/crescimento da empresa, o que impossibilita a análise da saúde financeira da empresa, o que importa no INDEFERIMENTO da sua HABILITAÇÃO;

2) Na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, não atendeu todas as exigências previstas no Edital, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados encontram-se em desacordo com as normas de direito pertinentes, conforme resolução do Conselho Federal de Contabilidade, isto porque descumpre com o princípio da continuidade (art. 5º, da Res. CFC nº 750/93 alterada pela Res. CFC nº 1.282/10), ao deixar de apresentar o devido comparativo entre o exercício anterior e o contabilizado, impossibilitando uma análise da curva de contração/crescimento da empresa, o que impossibilita a análise da saúde financeira da empresa, o que importa no INDEFERIMENTO da sua HABILITAÇÃO;

3) Existe erro na demonstração do balanço apresentada, a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, foi registrado o ano de 2021 no Balanço de 2022, conforme documentação apresentada. Erro gravíssimo, como esta comissão pode analisar a saúde financeira da empresa sem a devida demonstração contábil do ano corrente, veja, o Balanço Patrimonial de 2022 está misturado com o Balanço Patrimonial de 2021, dessa forma não tendo como a comissão saber quais os saldos estão corretos para devida análise, fragilizando a confiabilidade nas informações registradas, o que importa no INDEFERIMENTO da sua HABILITAÇÃO;

4) Existe erro na demonstração do balanço apresentada, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, apresenta ERRO gravíssimo, foi registrado no balanço de 2022 a demonstração zerada, sem saldo, para corroborar com erro, analisamos os saldos do Patrimônio Líquido no balanço patrimonial e DRE, no qual demonstra que houve no ano corrente mutações no patrimônio líquido da empresa no entanto foi apresentada (registrado) sem saldos, zerado. Dessa forma não tendo como a comissão saber quais os saldos estão





corretos para devida análise, fragilizando a confiabilidade nas informações registradas, o que importa no INDEFERIMENTO da sua HABILITAÇÃO.

Ou seja, o balanço patrimonial é uma espécie de raio-X do mundo dos negócios. Ele é a principal forma de demonstrar a situação financeira de uma empresa, tornando possível constatar a saúde de suas finanças. Trata-se de um relatório criado com o intuito de representar o resultado de todos os movimentos financeiros dentro de um período de 12 meses e para participar de licitações, é altamente recomendável possuir um balanço patrimonial atualizado e na forma da lei, como pede a legislação, pois este documento é fundamental para efeito de habilitação nas licitações, e o que vemos na apresentação do supracitado balanço patrimonial são falhas e inconsistências que comprometem a lisura e confiabilidade da situação financeira da empresa.

DAS RAZÕES LEGAIS:

Ab initio, temos que ter em mente que se deve ater ao **princípio da vinculação do edital**, *na qual se faz lei entre as partes*.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade





com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XI - a **vinculação ao edital de licitação** ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; (Grifos acrescidos).

Assim sendo, quando tratamos da **habilitação e qualificação**, devemos considerar que os requisitos devem ser especificamente aqueles previstos em edital, por isso, vejamos quanto à Qualificação Econômico-Financeira, no que diz respeito ao Balanço Patrimonial:

“8.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do **último exercício** social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do domicílio ou sede da proponente, que comprove a **boa situação financeira da empresa**, devidamente certificado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade sendo vedada a sua substituição por balanços ou balancetes provisórios.

8.5.2. Deverá ficar comprovado a **boa situação financeira da empresa** proponente, evidenciado que esta possui os seus índices contábeis, calculados **pelos dados do balanço do último exercício social** certificado pelo responsável pela empresa proponente e pelo contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, atendendo aos limites estabelecidos a seguir. Os índices contábeis deverão ser identificados no balanço e devem ser apresentados já calculados de forma clara e precisa (para facilitar a celeridade do processo).” **(grifos nossos)**.





No caso em tela, torna-se ainda mais imprescindível a verificação da aptidão financeira por se tratar de um contrato de execução de obras. Veja-se:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: § 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado. § 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Com isso, considerando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem como, trazendo à luz o edital do certame, temos que a licitante não apresentou balanço com base em último exercício, quando foi registrado o ano de 2021 no Balanço de 2022, conforme documentação apresentada. O que já foi evidenciado anteriormente, sendo erro gravíssimo, e impossibilitando analisar a saúde financeira da empresa sem a devida demonstração contábil do ano corrente, pois o Balanço Patrimonial de 2022 está misturado com o Balanço Patrimonial de 2021. Além de não restar comprovada a boa situação financeira pelos diversos apontamentos já realizados por esta recorrente.

Como se não bastasse a seriedade em não atender os requisitos de comprovação para situação financeira, a licitante deixou ainda de atender outros diversos itens como já citamos anteriormente, inclusive deixando de apresentar documentos como é o caso da documentação comprobatória dos representantes legais, exigidos no item 8.2.3, ou ainda a fragilidade do Certificado de Registro Cadastral (CRC) sem que seja possível aferição da sua autenticidade, ou ainda, uma declaração que deveria ser emitida pela Administração Municipal, sendo



apresentada por emissão própria da empresa licitante, ou seja, é inegável que a habilitação da empresa compromete a isonomia do certame.

Há, portanto, claro descumprimento do edital, isto porque a empresa não atendeu aos dispositivos previstos nos itens supracitados, obrigando a inabilitação da licitante, uma vez que a administração também está adstrita as cláusulas do instrumento convocatório, conforme art. 41 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

ART. 41. A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA. Com efeito, verifica-se que a recorrida descumpriu o edital, NÃO SENDO POSSÍVEL A FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGRAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PARA BENEFICIAR LICITANTE ESPECÍFICO, conforme entendimento já esposado pela jurisprudência: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL. POSSIBILIDADE DE EXAME CONJUNTO. SIMILITUDE NOS TEMAS DE INTERESSE. ARGUIÇÃO DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. INSTAURAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA A CONTRATAÇÃO DOS MESMOS SERVIÇOS. NOVO PROCEDIMENTO CONCORRENCIAL SUSPENSO POR DECISÃO JUDICIAL. SUBSISTÊNCIA DO OBJETO MERITÓRIO DE INTERESSE. LICITAÇÃO REALIZADA PELO SEBRAE-RN. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS POR PARTE DE CONCORRENTE DECLARADA VENCEDORA ADMINISTRATIVAMENTE. RECONHECIMENTO DE REFERIDA CIRCUNSTÂNCIA EXPRESSAMENTE NO APELO. DESNECESSIDADE DE PERQUIRÇÃO PROBATÓRIA EXAUSTIVA. INCIDÊNCIA DA REGRA TRAZIDO NO ARTIGO 334, II, DO CPC. NECESSIDADE DE VINCULAÇÃO ÀS REGRAS E PRECEITOS DO EDITAL. DIRETRIZ ESTABELECIDADA EM REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DO PRÓPRIO SEBRAE. IMPOSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGRAS DO EDITAL PARA BENEFICIAR LICITANTE ESPECÍFICO. QUEBRA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E IMPESSOALIDADE. SENTENÇA COERENTE. RECURSOS DE APELAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJ-RN - AC: 20150130361 RN, Relator: Desembargador Expedito Ferreira., Data de Julgamento: 28/01/2016, 1ª Câmara Cível)





A jurisprudência deste País possui entendimento firme e consolidado a respeito:

DIREITO ADMINISTRATIVO E FALIMENTAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PREVISÃO LEGAL E EDITALÍCIA. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. INABILITAÇÃO DO CANDIDATO. RECURSO IMPROVIDO. 1) No procedimento licitatório, a fase de habilitação econômico-financeira tem por finalidade arrecadar dados que façam presumir que o licitante tem capacidade para satisfazer os encargos econômicos decorrentes do contrato. 2) Os documentos exigidos pelo art. 31 da lei nº 8.666/93, bem como pelo instrumento convocatório, devem ser devidamente atendidos pelos licitantes, haja vista que a Administração Pública, ao realizar o certame, deve estabelecer exigências que garantam que o vencedor terá condições econômicas para suportar os gastos - as vezes, bem elevados - do objeto do futuro contrato administrativo. [...] 4) O inciso II do art. 31 da Lei de Licitações deve ser interpretado de forma a contemplar também os casos de recuperação judicial, haja vista que tal instituto, assim como a antiga concordata, tem por fim conceder benefícios àquelas empresas que, embora não estejam formalmente falidas, atravessam graves dificuldades econômicas, colocando em risco o empreendimento empresarial. Recurso improvido. ACORDA a Egrégia Segunda Câmara Cível, em conformidade da ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade, negar provimento ao recurso. Vitória, 09 de agosto de 2011. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DESEMBARGADOR RELATOR PROCURADOR DE JUSTIÇA (TJES, Classe: Agravo de Instrumento, 24119002939, Relator : JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Órgão julgador: SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Julgamento: 09/08/2011, Data da Publicação no Diário: 19/08/2011) (TJ-ES - AI: 24119002939 ES 24119002939, Relator: JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 09/08/2011, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/08/2011).





Assim, vê-se que neste ponto se encontra violado o instrumento convocatório, não logrando êxito a H R DE SOUZA CONSTRUÇÕES em comprovar a sua habilitação jurídica e sua qualificação econômico-financeira.

O ordenamento jurídico pátrio, ao regulamentar o procedimento licitatório, o sujeitou aos princípios estabelecidos no art. 37, XXI, da Constituição Federal, dispondo também que serão exigidos da licitante, apenas requisitos de qualificação indispensáveis ao cumprimento da obrigação, nestes termos:

Art. 37. (...) XXI ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica econômica indispensável à garantia do cumprimento da obrigação. Essa norma foi reproduzida no art. 3º, caput e, bem como no art. 41, da Lei n. 8.666/93, observe-se: Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Assim, a manutenção do ato administrativo da condição de habilitação e declaração de vencedora aqui vergastado nos termos originais acarreta tratamento desigual às licitantes, haja vista que a empresa vencedora do certame violou patentemente os termos estabelecidos no Edital, em desconformidade com o previsto no art. 3º, caput, da Lei n. 8.666/93, além do fixado nos artigos 31 e 41, da Lei n. 8.666/93 e com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia e, ao cabo, da indisponibilidade do interesse público.





Por isso, diante das ilegalidades apontadas, deve-se proceder à inabilitação da empresa H R DE SOUZA CONSTRUÇÕES, na Tomada de Preços nº 004/2023 e Proc. 06900001/2023), sob pena de violação, pela Administração Pública, do seu próprio Edital.

DA CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, vem **REQUERER** que seja acolhido o recurso pela sua Tempestividade, e no Mérito, requer-se que seja dado imediato efeito suspensivo à indevida habilitação da empresa Recorrida, aqui impugnada, até o julgamento final nesta via administrativa, em conformidade com o §2º, do art. 109 da Lei n. 8.666/93; e que seja dado **provimento ao recurso**, a fim de inabilitar a empresa H R DE SOUZA CONSTRUÇÕES pelas razões acima expostas, haja vista o descumprimento dos critérios estipulados no Edital quanto à sua habilitação jurídica e qualificação.

Caso a decisão combatida não seja RECONSIDERADA por Vossa Senhoria, requer-se que o presente Recurso seja remetido à Autoridade Superior juntamente com os autos do processo administrativo.

Nestes termos, pede deferimento.

Poço Branco/RN, 09 de outubro de 2023.


M2 ENGENHARIA
José Mauricio de Menezes Netto
Sócio Administrador
CPF: 056.513.754-90
M2 ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 19.119.769/0001-51

